

Psicanálise: versos sobre vertentes

Tânia Corghi Veríssimo

Resenha de Maria Laurinda Ribeiro de Souza, *Vertentes da Psicanálise. O hospital. A violência. A clínica. A escrita*, São Paulo, Pearson, 2017, 357 p. (coleção Clínica Psicanalítica, dir. Flávio Carvalho Ferraz).

Lhe mando o meu retrato que mais gosto, mas exijo troca.
Gosto mais porque marca no meu rosto os caminhos do sofrimento, você repare, cara vincada, não de rugas ainda, mas de caminhos, de ruas, praças, como uma cidade.
Às vezes, quando espio esse retrato, eu me perdo e até me vem um vago assomo de chorar. De dó. Porque ele denuncia todo sofrimento dum homem feliz.
Mario de Andrade, 1944 – Carta a Newton Freitas

Faço do trecho acima as primeiras palavras desta resenha pela sua condição de conectar as marcas do sofrimento corporal à formação de caminhos, lugares e história. Esta carta pode ser interpretada de diferentes modos, no entanto, um de seus méritos seria o destaque dado ao tema do reconhecimento dos vincos da dor para além do corpo. Sua poesia ilumina estes vincos que, uma vez espiados com a mesma atenção dada aos contornos de carros retratos, revela seu potencial de figurabilidade, sua eloquência simbólica. Também trago este trecho aqui por sua consonância à postura de Maria Laurinda Ribeiro de Souza, autora que, após

1 *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. Coleção Clínica Psicanalítica.

2 Alusão ao trecho da música “Nos Bailes da vida” (1981), composta por Milton Nascimento e Fernando Brant.

Tânia Corghi Veríssimo é psicanalista; aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro da Rede de Atendimento Psicanalítico, psicóloga, mestranda pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

escrever sobre a *Violência* (2005)¹, sem demora já havia idealizado um novo projeto de escrita sobre a amizade, algo que para ela, juntamente com a solidariedade, seriam “[...] contrapontos à violência, ao desamparo e à apatia” (p. 13). Ribeiro de Souza também é uma iluminadora de vincos de sofrimento na busca por caminhos, lugares e história. Diante da dor, pensa nos antídotos. Mostra-se atenta aos contrapontos da pulsionalidade, perscrutadora de caminhos de inventividade, comprometida desde longa data com a aposta no sujeito e com a construção de enlaces eróticos justamente nos lugares onde a falência das palavras e os emudecimentos pelos excessos produziram efeitos nefastos.

Vertentes da Psicanálise. O hospital. A violência. A clínica. A escrita (2017) só vem reforçar esta postura. Constitui-se como um compilado da construção de um ofício que teve início e registro desde a década de 1970/1980 até os anos mais recentes. As 357 páginas escritas, divididas em 19 capítulos, revelam a trajetória de uma psicanalista com *alma repleta de chão*², cujas experiências, felizmente, verteram-se em matéria-prima para a psicanálise e para os psicanalistas em diferentes tempos de formação. Um livro diverso de título extenso formado por uma coletânea de artigos produzidos em um percurso clínico-institucional vasto, múltiplo e de grande envergadura. Nas palavras preliminares da obra, a autora esboça o desejo de criação de uma única palavra, um neologismo que abarcasse os atravessamentos explícitos entre os campos abordados – o hospital, a violência, a clínica e a escrita – mas a leitura da sequência dos capítulos e destes temas dispensa a necessidade de neologismos e mostra a inegável imbricação entre todos eles. A clínica, por sua vez, como dito nos primeiros parágrafos, não é um item à parte do título. Ao contrário, revela-se um pano de fundo basal, chão comum e robusto que perpassa qualquer um destes contextos, revelando a abrangência do raciocínio utilizado em cada situação de análise para muito além da especificidade dos assuntos que focaliza.

Os primeiros cinco capítulos da obra lançam luz sobre o contexto hospitalar propriamente

dito, analisando-o em sua complexidade de atravessamentos históricos e políticos. *O Hospital: um espaço terapêutico?*, o primeiro capítulo, indaga em seu título a função fundamental do hospital, apontando para a possibilidade de este ambiente faltar em seu propósito, bem como para a ausência de garantias do cumprimento deste princípio terapêutico que, se olharmos para a história, nem sempre esteve estabelecido como tal. Interessante pensar na abertura do livro com um título indagativo, pois esta postura se mantém ao longo dos próximos capítulos, sempre colocando à prova a instituição e seu funcionamento. Para escrevê-lo a autora fundamentou-se em algumas das ideias de Foucault, autor que marcou o pensamento crítico institucional em torno de questões que permanecem atuais, focalizando reflexões sobre a vigilância, o controle sobre condições de tratamento e o poder político disciplinar imposto aos corpos³, e, assim, tomou a definição do hospital como espaço terapêutico em uma perspectiva histórica, como espaço de práticas e concepções de sujeitos construídas, logo passíveis de transformações.

Na prática disciplinar, o indivíduo seria este composto de características a serem avaliadas, este que poderia ser objetivado, primado do controle. A instituição, por sua vez, também teria seu espaço físico submetido a regulamentações que determinariam os lugares que cada um deveria ocupar em uma lógica totalitária, segregacionista, de fixidez e rigidez em relação a espaços de poder. Mas, como lembra a autora, embora haja “uma grande atração pelo instituído, difícil de se movimentar” (p. 87), também é verdade que “[...] todo instituído tem suas lacunas [...] alguns impasses nesse discurso hegemônico” (p. 27) e será “no palco desses impasses que surge a possibilidade [...]” (p. 108) de uma abordagem pela psicanálise, como forma diferente de olhar para a doença, ou seja, através de uma prática para a qual não haverá normas, mas singularidades e grande potencial de rediscussão dos lugares de poder e de modos de funcionamento. A psicanálise possibilitou novas compreensões e assim se estabeleceu na prática institucional, conforme bem retratado pela obra.

Os impasses, aqui, são tomados como vetores de potência transformadora. Foi frente a eles que a psicanalista reconheceu as condições de possibilidade para a efetivação de uma experiência que teve início em 1982 como uma primeira tentativa de elaboração de um projeto de atendimento psicológico aos hospitais da Secretaria da Higiene e Saúde da cidade de São Paulo. Este projeto, que ficou conhecido como “proposta de humanização dos hospitais”, foi retratado em seu passo a passo na realização de diagnósticos institucionais para a elaboração de um plano de intervenção, sem poupar o leitor das dificuldades encontradas neste processo de implantação. Dentre elas, as questões políticas que acompanhavam o país – efeitos da transição de uma política ditatorial para a democracia – e a consequente instabilidade do contrato estabelecido com a prefeitura, as deficiências de recursos para atendimentos em saúde mental, a pouca receptividade dos profissionais para que os psicólogos integrassem de fato a equipe hospitalar e obtivessem um lugar próprio de atuação, ou seja, as resistências inerentes ao trabalho interdisciplinar e ao lugar do profissional “psi” na construção deste novo caminho.

No bojo desta experiência, um relicário clínico. Na desafiadora implementação do novo ante o questionamento de um *status quo*, tomamos contato com uma direção de trabalho pautada deliberadamente na transgressão, em seu sentido criativo e subversivo. A escuta atenta coleciona pérolas clínicas como a fala de um médico que se diz apto a trabalhar com um paciente em coma, mas não sabe como falar com ele quando acordado. No trabalho com uma criança na UTI, inicialmente entubada e imobilizada com risco de morrer, a aposta nos efeitos da narrativa com a equipe e com a família, através do enfrentamento das dificuldades em torno da não comunicação e a construção de um processo alternativo que estabeleceu novas vias de falar. O sentar ao lado do leito, colocar uma cadeira ao lado do paciente como gesto aparentemente desprezioso, mas tão eloquente quando diz sobre a possibilidade de se ter uma companhia cuidadora permanente em

um contexto de dificuldades que sugere presenças passageiras. O desafio de falar para uma mãe que o melhor seria contar ao seu filho internado sobre a morte do seu pai no acidente sofrido por ambos. A constatação do efeito milagroso da palavra quando recupera o lugar de sujeito de um menino que há dias acordado só pode dormir depois de escutar a psicanalista numa permissão para descansar e confiar. Enfim, trabalhos valiosos que corroboram a força da intervenção psicanalítica sem deixar de surpreender; relembram que falar é transgredir, que a palavra por si só é subversiva, produtora de efeitos potentes, e que narrar é resistir, conforme nos diz Guimarães Rosa⁴.

“Ocupar-se das palavras que não podem ser ditas, facilitar a possibilidade de sua circulação, reconhecer que a verdade dita é menos angustiante que seu ocultamento e suportar o tempo de espera e presença para que ela possa advir” (p. 55), esta seria uma demanda usualmente feita ao profissional dentro da instituição, segundo a autora. Seu propósito se encontra com a ética do trabalho psicanalítico como premissa que transcende o âmbito hospitalar propriamente dito, afirmando-se como posição política que perpassa a obra numa escuta voltada para temas frequentemente alvejados pela banalização e pelo silenciamento. Não à toa, nos capítulos vindouros privilegia-se a abordagem da violência, este fenômeno revelador de excessos que de tão desconcertantes e desorganizadores são levados sob os tapetes, para trás dos véus e das lentes da naturalização como tentativa de diluir o terror que provocam.

Ribeiro de Souza observa os riscos do silêncio, considerando que, no momento em que este deixa de ser um recuo tático ao confronto e passa a ser arreio imobilizador do corpo, deve ser entendido como uma forma de manifestação da violência. Neste sentido, a violência estaria conectada a um discurso que instala reiteradas vezes um apelo “ao

esvaziamento de um lugar de sujeito que possa se implicar na realidade em que vive” (p. 128), assim como configura um cenário produtor de apatia e esforços do sujeito para cindir a própria percepção. Tudo isso atrelado à falta de um lugar fundamental de reconhecimento, que a cultura pode ou não oferecer. Sem reconhecimento, à mercê de um discurso narcísico em detrimento da alteridade, estaria montado um prato cheio para a violência.

O reconhecimento será analisado no livro como questão determinante, entendendo que será pela sua falta que a violência encontrará lugar e força de manifestação. Podemos dizer que, para a autora, o propósito de tratar efetivamente a violência, ou seja, de criar “mecanismos possíveis para sua derivação e sua gestão” (p. 155), impõe a necessidade de repetidas aplicações do verbo reconhecer e uma menor insistência no uso dos verbos atenuar, silenciar, negar.

A obra traz uma reflexão sobre os efeitos desastrosos e sintomáticos da falta de reconhecimento da alteridade no laço social, destacando a vingança, a invisibilidade ligada à angústia de não existência, a ausência de lei e os consequentes embates corpo a corpo, as autoafirmações a qualquer custo, as desigualdades, as exclusões, o desaparecimento da ética e do senso público com o fracasso da palavra e esvaziamento de vínculos, culminando no desamparo como sofrimento crucial.

Preche de questões em torno deste sofrimento, o livro também abre uma discussão em torno de um cenário social marcado pela falta de mediação e pelo excesso do agir. Respalhado pelas palavras de Marc Augé, aponta para os não lugares contemporâneos, ou seja, para lugares despersonalizados, desumanizados, coletividades de “ninguéns” em vicissitudes que, dada a falta de alternativas, acabam por oferecer a servidão masoquista ao agressor como tentativa desesperada de laço, cuidado e amor. O que será destes corpos dados ao desamparo? Quais seriam suas veredas diante de tantas faltas? A partir de fundamentações consistentes, novamente o leitor é conduzido para a aposta na construção de veredas de

3 M. Foucault, *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980: “O desenvolvimento da tecnologia e o controle sobre os homens serão as grandes invenções do século XVII”.

4 G. Rosa, em *Um certo vaqueiro Mariano*. “[...] Também as histórias não se desprendem, apenas do narrador, sim o performam: narrar é resistir”.

solidariedade e enlacedos eróticos: “Continuemos em guerra contra os abusos de poder e a fascinação pelo terror em nossa vida cotidiana, a fim de que o canibalismo ceda sua força ao exercício da solidariedade” (p. 206).

Interessante acompanhar como este desafio de trilhar novas veredas desenrola um caminho marcado por indagações endereçadas inclusive à psicanálise, em suas transformações ao longo do tempo e na vastidão de sua clínica. Nesta trilha, a afirmação de sua potência – desde sua origem até os tempos de hoje – se dá não pela uniformidade do setting, mas pela irreduzibilidade de pilares fundamentais, como a existência do inconsciente, a transferência e a possibilidade de cura pela palavra. Com isto, fica posta a possibilidade de a psicanálise acontecer em qualquer lugar.

A obra, ao brindar o leitor, tanto com experiências clínicas que denotam a especificidade e a delicadeza do trabalho com crianças quanto com os efeitos transformadores do trabalho do sonho e do sonhar em transferência, evidencia um fio condutor: da aridez da violência e do congelamento pelo emudecimento rumo aos lugares possíveis. O sonho e a experiência do sonhar serão pensados como potencialidade representacional e regressiva, ou seja, caminhos abertos à exploração da clínica winnicottiana na abordagem da esperança como ingrediente presente nos recônditos da caixa de Pandora.

“Na caixa de Pandora, ainda resta a esperança?”, questiona Ribeiro de Souza, no título dado ao capítulo dezesseis (p. 295). Neste capítulo tão sensível, tomamos contato com alguns vetores. Dentre eles: a importância da continência de elementos adversos do sujeito, com os barulhos provenientes da dualidade pulsional tão inescapável e insolúvel, com o grande labor a ser feito na consolidação do direito à vida e à morte dignas em nossa sociedade e com a construção de narrativas que possam dar suporte às angústias do viver, quando se anuncia uma tendência à sideração pela violência e pela morte. A leitura leva a pensar que ainda há muito a se fazer. “Está lançado um desafio” (p. 313), provoca a autora.

Mas, entende-se que tais considerações só podem ganhar contornos de desafio dada a capacidade de encarar os fundos e as bagunças da caixa de Pandora. O livro demonstra que seria justamente o revirar desta caixa, acompanhado por momentos de angústia e hesitação, que viabilizariam a esperança pela criação de novos caminhos. A psicanalista retoma Foucault (1991): “o crime expressa o ‘desumano’, o insensato, aquilo em que a consciência de todos não consegue reconhecer-se, aquilo que não está baseado nela, portanto aquilo que não tem o direito de existir” (p. 304), demonstrando que é preciso coragem e sensibilidade para reconhecer a realidade da tragédia de duas crianças assassinas pelos pais de maneira cruel. Estamos no fundo do poço? No fundo da caixa de Pandora? Seria este caso e tantos outros cravados no seio da nossa cultura que levam Ribeiro de Souza a desenvolver que “Poder reconhecer, em todos nós, a existência interior da maldade, desse sinistro inquietante, é uma maneira de exorcizar o seu horror e responsabilizar-se por seus efeitos” (p. 305) e, assim, apelar para a necessidade de as situações de horror serem nomeadas – por si e pelo outro – pelo que são. Afinal, qual seria a possibilidade de curar uma ferida sem o reconhecimento da existência de seus pedaços mais purulentos?

O leitor que percorrer as páginas desta vasta obra e tomar contato com a postura adotada pela autora ao longo de todo o trabalho poderá dizer que a escolha por sua finalização com dois últimos capítulos dedicados ao tema da escrita não poderia se revelar mais oportuna. Em outras palavras, se observarmos a posição marcada no transcorrer de suas experiências clínicas, numa tentativa intensa de construir caminhos de simbolização para situações traumáticas e destruidoras da palavra, a escrita surge como aposta privilegiada no êxito desta construção. É assim que será pensada e coroada neste livro.

Dentre tantas passagens e funções fundamentais atribuídas à escrita na clínica, tão bem elencadas e exploradas nestes dois últimos capítulos, merece destaque a correlação estabelecida

entre o processo de confecção da escrita e a ideia de cultivo:

É como cultivar um campo: há que se estudar o terreno, semear, garimpar, limpar, esperar, podar, cortar, cortar, cortar, recomeçar... É nessa luta com as palavras que se vai construindo um texto (p. 351).

Espaço de cultivo e de luta que pressupõe o contato delicado com um tempo de intranquilidade, angústia e enigmas para alçar a promissora transformação da folha em branco em produção. Produção esta que não tem o contorno de mero relato, à medida que envolve a complexidade da junção do caráter objetivo de registro de uma época da história da psicanálise, com a subjetividade de um escritor que ali se afirma a partir de um recorte singular, entremeado por encontros e reencontros consigo mesmo na tessitura de novas metáforas de expressão.

Na retomada de seu percurso como psicanalista e escritora, Ribeiro de Souza relembra não apenas os referenciais teóricos que revolucionaram o modo de pensar a psicanálise, em pleno regime ditatorial nos anos 1970, como também uma experiência chave vivenciada em um Centro Comunitário na periferia de São Paulo que veio ao encontro dessa escrita de situações clínicas. Pode-se dizer que este período fecundo compreendeu, portanto, duas rupturas: com a lógica manicomial das políticas de saúde mental, bem como com uma lógica da escrita, com um modo de escrever que obliterava a dimensão poética rechaçada por uma política oficial ancorada em uma maneira menos afetiva e mais empobrecida de transmitir a clínica.

Como contar histórias? Como compartilhar a clínica e dar espaço para a presença do sujeito, para algo da sensibilidade presente no cuidado e no encontro singular com o outro? O livro demonstra que contar a clínica é contar histórias, sem prescindir dos detalhes e de um lugar autoral que nasce com o gesto da escrita, este ato que fora definido por Kristeva *como um ato de amor*⁵. Deste ato da escrita, advirá um autor que se posicionará em primeira pessoa e assim oferecerá perspectivas de manejos mais livres na escrita da história e de gestos criativos imprevisíveis. Este trabalho tão voltado para interrogações acerca de “Como será o amanhã?”⁶ – da psicanálise? da vida em sociedade? – levantadas na obra em diferentes momentos escapa do sentido de predestinação empregado à canção e coloca na mão do sujeito o lápis para a confecção dos primeiros rabiscos, convocando-o a implicar-se em uma dimensão clínica e política inerente ao fazer psicanalítico.

Terminada a leitura deste livro, uma mensagem está posta: o ofício do psicanalista compreende mais do que o trabalho de análise, escrita, estudos teóricos e interlocuções entre pares. Fazer psicanálise é fazer política, namorar com a arte, flertar com a poesia e com a literatura para uma verdadeira criação de versos sobre suas tão diversificadas vertentes. Que o leitor aproveite o compartilhar das riquezas e belezas desta trajetória psicanalítica, acompanhando-a para além do testemunho de uma época da história da psicanálise e da nossa cultura, como um gesto precioso de generosidade.

5 J. Kristeva. *Sentido e contrassenso da revolta*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

6 Menção a um trecho da canção “O amanhã”, composta por João Sérgio em 1978 como samba enredo da G.R.E.S. União da Ilha do Governador.